

Transcrição

Apresentadora

Olá! Eu sou Thaís Dutra e está no ar mais um episódio do Vox, o podcast do Ministério Público de Minas Gerais.

No dia 28 de junho, o Ministério Público de Minas Gerais e a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, por meio da Subsecretaria de prevenção à criminalidade, inauguraram no município de Curvelo, na região central do estado, a primeira UPC, Unidade de Prevenção à Criminalidade, com foco exclusivo no enfrentamento à violência contra a mulher. Financiado pelo FUNEMP, o Fundo Especial do Ministério Público de Minas Gerais, o projeto contemplará também os municípios de Pouso Alegre e Barbacena.

No dia 29 de junho, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública divulgou o 16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, que traz a informação de que Minas Gerais foi o estado com o maior número de feminicídio em todo o país no ano passado.

De acordo com o levantamento, em 2021 foram registrados 154 casos de feminicídio em território mineiro. Em comparação a 2020, Minas registrou 3 ocorrências a mais. E somente de janeiro a maio de 2022, já foram 147 feminicídios, tentados ou consumados, contabilizados pela Secretaria de Segurança Pública do estado.

É sobre o cenário da violência doméstica contra meninas e mulheres em Minas Gerais e sobre os esforços empenhados pelo Ministério Público para combater esse triste quadro que conversaremos hoje com os promotores de Justiça Marcelo Mata Machado, da 4ª Promotoria de Justiça de Curvelo, e Patrícia Habkoug, coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Combate à Violência Contra a Mulher, do Ministério Público de Minas.

Apresentadora

Olá, promotores! Sejam bem-vindos ao Vox.

Promotor Marcelo

Olá! Muito obrigado pelo convite. É uma satisfação estar aqui.

Promotora Patrícia

Olá, Thaís. Olá, Marcelo. Olá, ouvintes. Eu agradeço a oportunidade de estar aqui.

Apresentadora

Em Minas Gerais, o dia 23 de agosto passou a ser o Dia Estadual de Combate ao Feminicídio. A data foi instituída pela Lei 23.144, de 2018.

Patrícia, é possível identificar os motivos da triste liderança de Minas nos casos de feminicídio no país em 2021? E o crescente número de assassinatos de mulheres no estado, especialmente por companheiros e ex-companheiros? Poderia comentar esses dados?

Promotora Patrícia

O número de 154 casos de feminicídios em Minas Gerais no ano de 2021 é grande, inaceitável e obriga todos nós a adotar medidas que possam contribuir para que tal número diminua nos próximos anos. Mas isso não significa que Minas seja o estado mais violento do Brasil para as mulheres. Os números absolutos de casos não são uma boa medida para comparar estados com dimensões tão diferentes, pois não leva em conta o tamanho da população. Se observada a população total feminina em Minas Gerais, nós ficamos na 19ª posição no número de mulheres mortas entre todos os estados do Brasil. Claro que todas as vidas importam e sempre é importante a adoção de providências para evitar o feminicídio.

Promotora Patrícia

As respostas para os motivos de tantas mortes não são simples, e temos muitos desafios para identificá-los.

Primeiro, a gente precisa lembrar que Minas Gerais é um estado com forte influência religiosa. Existe a tradicional família mineira, na qual muitas vezes a naturalização da violência decorre dos papéis atribuídos a homens e mulheres na nossa sociedade. Aos homens é atribuído um papel de liderança; às mulheres, um papel de subalternidade. E isso naturaliza a violência.

Nós não temos nenhuma dúvida de que homens e mulheres são diferentes, mas as diferenças não devem traduzir desigualdades.

Apresentadora

Patrícia, a interiorização da política de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e também aos agressores é um desafio do estado? Como o Ministério Público tem atuado para que isso aconteça?

Promotora Patrícia

É um enorme desafio. Minas Gerais tem dimensões territoriais de um país. Existem no estado 853 municípios, divididos em 298 comarcas, nas quais os serviços especializados não são uma realidade.

A Lei Maria da Penha estabelece uma série de garantias às mulheres em situação de violência, uma dessas garantias é serem atendidas por serviços qualificados. Isso é uma necessidade, mas não temos esses serviços qualificados para o atendimento. Por isso é tão importante promover políticas públicas específicas para o interior do estado.

Promotora Patrícia

Através do Centro de Apoio, o Ministério Público tem acompanhado as políticas públicas do estado e se unido a promotoras e promotores de Justiça no sentido de desenvolver essas políticas e, mesmo que não existam os serviços especializados, garantir um atendimento acolhedor e respeitoso para as mulheres em situação de violência.

Apresentadora

Promotora, por que os primeiros municípios escolhidos pelo projeto foram Curvelo, Barbacena e Pouso Alegre? Quais foram os critérios utilizados para essa escolha?

Promotora Patrícia

Os critérios que nós utilizamos foram a inexistência de serviços especializados e os índices de violência. Esses municípios estão no ranking de feminicídio entre os 8 mais violentos do estado de

Minas Gerais, segundo o diagnóstico da Secretaria de Justiça e Segurança Pública. Outro critério foi escolher municípios com população a partir de oitenta mil habitantes. Esse projeto é importante, pois ele é um indutor de políticas públicas. No estado de Minas Gerais, as Subsecretarias de Prevenção à Criminalidade já desenvolvem ações a partir da política estadual de prevenção à criminalidade.

Promotora Patrícia

Essa nova unidade se amolda à legislação estadual, e a ideia é que, num primeiro momento, o Fundo Especial do Ministério Público (Funemp) pague as despesas por 2 anos, mas em seguida essas unidades se encaixem nos serviços já existentes no estado.

Apresentadora

Agora eu gostaria que o promotor Marcelo explicasse para a gente: como funciona a Unidade de Prevenção à Criminalidade? Quais são os eixos de atuação?

Promotor Marcelo

A Unidade de Prevenção à Criminalidade, recém-inaugurada na comarca de Curvelo, funciona como um equipamento público que foi adaptado nas suas características para receber mulheres vítimas de violência e também homens agressores.

Os principais eixos de trabalho estão voltados ao atendimento e acolhimento da mulher e da menina vítima de violência, por meio dos quais elas serão recebidas por uma equipe multidisciplinar capacitada para atendê-las em diversas áreas. São profissionais da assistência social, profissionais do direito e profissionais da saúde para fazer o melhor atendimento e acolhimento dessa mulher vítima de violência, para que ela se sinta segura, para que ela tenha um ambiente onde ela possa ter liberdade para dizer o que está acontecendo na sua vida, para poder expressar as dificuldades que vem passando com a violência doméstica, para ter acesso a outros serviços públicos, por exemplo, creches, um serviço de auxílio assistencial que eventualmente o município possua, como uma bolsa-aluguel. Outro eixo de trabalho também fundamental é a responsabilização dos agressores. Em um primeiro momento, os agressores são encaminhados via medida protetiva pela Justiça, dentro das medidas protetivas expressas de grupos reflexivos, e como parte dessa política de responsabilização ele também vai receber um atendimento, ele vai passar por avaliações, por discussões a respeito do tema. Trabalhar especificamente com esses homens agressores é uma importante ferramenta no combate e no enfrentamento da violência doméstica.

Apresentadora

Patrícia e Marcelo, queria saber de vocês qual a importância de trabalhar também com os agressores?

Promotor Marcelo

Como disse, é fundamental trabalhar com os homens agressores e com a sua responsabilização. No primeiro momento, a gente tende a achar que o objetivo é apenas que esse homem agressor não cometa mais atos de violência contra mulheres e meninas, evitar a reiteração. Mas vai muito além disso. É a partir da conscientização das novas realidades, da igualdade que precisa prevalecer entre homens e mulheres, do direito à vida livre de violência que as mulheres e as meninas possuem e que deve ser respeitado.

As nossas expectativas são que esses homens se conscientizem e desconstruam a cultura do machismo e possam, inclusive, serem replicadores de práticas que respeitem os direitos das mulheres e as tratem em condições de igualdade e, com isso, possamos construir no futuro uma sociedade em que os índices de violência estejam bastante minimizados ou mesmo erradicados, porque, como a doutora Patrícia mencionou, esses índices em Minas são alarmantes, e só a partir de ações múltiplas vamos conseguir enfrentar essa realidade tão complexa, tão dura e triste do nosso estado.

Promotora Patrícia

Realmente, é preciso trazer os homens para esse debate. Violência contra mulheres e meninas é um tema que interessa a toda a sociedade. Nós não vamos vencer esse grande desafio sem trazer os homens para essa caminhada. E a gente precisa pensar que algumas condutas são muito naturalizadas. Quem de nós nunca ouviu uma amiga ou uma conhecida afirmar, “O meu marido tem a senha do meu celular”, “O meu cabelo está comprido porque ele gosta do cabelo longo”, “Eu uso a roupa que ele aceita”.

Essas condutas de controle naturalizam a violência. Quantas vezes, não é, doutor Marcelo, na sala de audiência, quando vamos ouvir os homens autores de violência, eles dizem, “Doutora, eu não bato em mulher, não. Eu bati na minha mulher”. Como se ele estivesse autorizado a fazer essa violência.

Como bem disse o doutor Marcelo, trabalhar para desconstituir esse machismo é muito importante.

Apresentadora

Patrícia, há previsão de data para a inauguração das outras duas Unidades de Prevenção à Criminalidade contempladas pelo projeto, a de Pouso Alegre e a de Barbacena? Em que fase da implantação essas unidades estão?

Promotora Patrícia

Primeiro é preciso dizer que essa é uma parceria inovadora, com o apoio do procurador-geral de Justiça, Dr. Jarbas Soares Júnior, e também do presidente do Fundo Especial do Ministério Público de Minas Gerais, o Funemp, e de toda sua equipe.

Nós conseguimos fazer esta parceria com a Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade, que é um órgão integrante da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, a Sejustp, e esta parceria nos exige algumas formalidades.

Primeiro, é preciso uma parceria com o município. Nas duas unidades, tanto em Barbacena quanto em Pouso Alegre, nós estamos na fase de escolha do imóvel. Escolhido o imóvel, será dado prosseguimento ao processo para a efetiva instalação dessas unidades. Eu confesso que estou bastante ansiosa, porque temos muito a trabalhar.

Promotor Marcelo

E como bem destacado pela colega doutora Patrícia, o nosso próximo desafio, além da instalação dessas três unidades, é incluir no orçamento as despesas para a manutenção delas. Lembrando que o pontapé inicial foi dado com recursos do Funemp, mas a partir de então nós precisamos trabalhar para que isso vire uma política pública permanente, pelo menos nesses 3 municípios e, se possível, avançar ainda para outros municípios, que é a nossa grande expectativa, e tenho certeza de que a doutora Patrícia, no CAO da violência doméstica, vai trabalhar duro nesse objetivo.

Apresentadora

A Lei Maria da Penha completou 16 anos no dia 7 de agosto, e o aniversário dela sempre traz a seguinte reflexão: “No que avançamos e no que ainda precisamos avançar?”. Poderiam comentar um pouco sobre isso?

Promotora Patrícia

De fato, Thaís, mais um 7 de agosto, 16 anos da Lei Maria da Penha, eleita a terceira melhor lei do mundo no enfrentamento à violência contra meninas e mulheres, ela é um divisor de águas no ordenamento jurídico brasileiro, mas que ainda necessita de acompanhamento, de fiscalização por parte do Ministério Público, de outros órgãos públicos e também da sociedade civil para que seja efetivamente cumprida. Eu não tenho dúvida de que nós avançamos. Condutas que até pouquíssimo tempo atrás eram naturalizadas e aceitas, hoje não são mais. Mas ainda precisamos seguir firmes neste trabalho de conscientização de toda a sociedade para a questão da violência contra meninas e mulheres, de melhoria dos eixos de atendimento às mulheres em situação de violência, a questão da garantia de um atendimento não revitimizador e, claro, como já falamos, também a questão dos homens autores de violência, para os quais campanhas educativas e informativas também são sempre muito importantes.

Promotor Marcelo

Acredito que é importante também uma melhor capacitação da rede de assistência. Percebemos que ainda há muito pouca capacitação para o atendimento, que precisa ser diferenciado, dessa mulher, dessa menina vítima de violência.

Nós precisamos avançar também em certos aspectos da legislação. Embora haja avanços significativos, alguns crimes que são os mais comumente cometidos contra as meninas e as mulheres, como ameaça, como vias de fato, esses crimes geram penas muito pequenas. Eventualmente poderíamos também trabalhar sobre esses aspectos para tentar inibir algumas dessas condutas. Prioridade na Justiça e na tramitação dos processos, embora haja previsão na Lei Maria da Penha, isso também precisa ser aprimorado. Recentemente, por exemplo, Curvelo ficou um período sem juiz e vários processos prescreveram, o que é uma tristeza para a gente ver essa realidade.

Ou seja, há vários eixos nos quais precisamos trabalhar, o problema é complexo, não existem soluções fáceis, mas deve haver dedicação, trabalho, trabalhar com a sociedade, trabalhar com os órgãos públicos, trabalhar com o sistema de Justiça, campanhas educacionais, conscientização, implementar efetivamente a Lei Maria da Penha. Eu acho que nós vamos dar um passo importante na erradicação dessa violência contra a mulher.

Apresentadora

A Lei Maria da Penha categoriza os tipos de violência sofridos pelas mulheres em âmbito doméstico e familiar, definindo-a como física, psicológica, moral, patrimonial e sexual.

Vocês acham que ainda falta por parte da população, das vítimas principalmente, um entendimento maior sobre o que configura a violência?

Promotora Patrícia

Sem dúvida. Ainda é necessário realizar campanhas educativas, informativas. Como a gente já vem afirmando, a violência contra mulheres e meninas sempre foi muito naturalizada, invisibilizada e até mesmo admitida no ordenamento jurídico brasileiro. Podemos pensar nos avanços que tivemos nos últimos 30 anos, por exemplo, tiramos a expressão ‘mulher honesta’ do Código Penal,

transformamos os crimes em crimes contra a dignidade sexual. São várias mudanças, mas mesmo assim, há uma grande dificuldade de as mulheres entenderem, e talvez esse seja o grande desafio, que aquele relacionamento em que elas estão é abusivo e que há a possibilidade concreta do uso da violência, inclusive, da violência psicológica.

Promotora Patrícia

Eu acho que é sempre importante também a gente abordar, como disse o doutor Marcelo, os desafios do atendimento em rede. Violência doméstica é um problema complexo que nós não resolvemos em um só atendimento. É preciso dar a essa mulher acesso ao sistema de proteção da lei e é preciso que a rede de serviços, especializada ou não, trabalhe de forma integrada. Nesse sentido, é muito importante que nós, promotores e promotoras de Justiça, fomentemos a articulação em rede desses serviços na expectativa de avançar.

Promotor Marcelo

Concordo com a doutora Patrícia. Acredito que as vítimas, muitas vezes, resumem a violência doméstica contra as mulheres e meninas apenas aos casos de violência física, sendo que muitas vezes a violência moral, a violência psicológica, patrimonial e sexual estão presentes e falta uma conscientização de que isso é abusivo, que é ilegal e que é preciso romper esse ciclo de violência, porque muitas vezes não há agressões físicas propriamente ditas, mas há outras formas de violência que podem ser até mais graves e gerar mais sofrimento. Ou seja, como a gente vem dizendo, é preciso conscientizar, não só as mulheres e as meninas, mas toda a sociedade de que a violência contra a mulher não se resume à violência física, há outras formas tão graves quanto essa, e é preciso que elas entendam isso, para que possam agir, para que possam procurar uma assistência, para que possam exercer seus direitos.

Apresentadora

Como modificar a cultura do machismo que se encontra na base da sociedade brasileira?

Promotora Patrícia

Pergunta extremamente desafiadora. Eu acho que a gente precisa pensar na educação como uma grande possibilidade de mudança e em ações de prevenção e campanhas também de conscientização.

Foi aprovada em 2021 a Lei 14.164, que criou a semana escolar de combate à violência contra mulheres e meninas, e a gente acha que essa é uma atividade interessante, estamos até pensando em como apoiar os promotores e promotoras de Justiça para a cobrança da realização dessa campanha. Precisamos pensar, desde o ensino fundamental, passando por toda a trajetória escolar de meninas e meninos, e levar em conta que as desigualdades de gênero traduzem violência, é muito importante o eixo da educação.

Acho também, Marcelo, muito desafiadora a questão da EJA, a Educação de Jovens Adultos, precisamos trabalhar com esse público também, porque são espaços em que, conseqüentemente, a dificuldade de alfabetização, o não acesso à educação no tempo oportuno acabam gerando o desconhecimento dos direitos e naturalizando as violações. É muito importante trazer os homens para esta causa. A campanha 'O valente não é violento' e a recente campanha 'É problema meu', em que homens, inclusive artistas, pessoas influentes na sociedade, afirmam publicamente que não podem aceitar a violência sofrida por mulheres e meninas, também ajudam muito na desconstrução da cultura do machismo.

Promotor Marcelo

Educação, sem dúvida, é um eixo fundamental para a gente trabalhar essa temática, seja com crianças, com jovens, com adultos, campanhas informativas que utilizem todos os recursos de mídias sociais, essas ferramentas modernas de comunicação, trazendo pessoas que são influentes na sociedade, discutindo nos mais diversos ambientes, nos espaços públicos, porque realmente é um desafio muito grande, é de passo em passo, mas a desconstrução dessa cultura machista e dessa sociedade ainda com resquícios patriarcais é um desafio grande, mas a gente tem que arregaçar a manga e trabalhar. Esses são alguns dos instrumentos que a gente tem. Além deles, precisamos trabalhar também no sistema de Justiça, para acabar aquela sensação de impunidade, que sempre desencoraja as mulheres a relatarem os casos de violência e a procurarem o serviço de assistência.

Promotor Marcelo

Ou seja, temos todos esses desafios. E, sem dúvida, a educação, campanhas informativas e esclarecedoras são muito importantes para Não banalizar a violência e acabar com esses estereótipos sexistas. É dever da sociedade, do poder público, é dever de todos nós e é um compromisso desafiador. Mas com a esperança que eu tenho, que a doutora Patrícia tem, acreditamos que vamos melhorar esses números e vamos conseguir enfrentar, erradicar e diminuir bastante a violência doméstica contra a mulher e contra as meninas.

Promotora Patrícia

Lembrei também, doutor Marcelo, da campanha ‘Todas e todos contra a importunação sexual nos estádios’, que é uma campanha iniciada aqui em Belo Horizonte, pela Minas Arena, e que nós, do Ministério Público, estamos levando para o interior do estado, com o apoio dos parceiros. E é muito interessante analisar o futebol: o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, com o apoio do Instituto Avon, lançou uma pesquisa sobre a influência do futebol na violência doméstica. Segundo essa pesquisa, nos dias em que acontece um jogo de futebol, há um aumento de violência doméstica contra meninas e mulheres, e isso é um fator que a gente deve levar em conta, que traduz a questão do machismo. E nesses levantamentos e nessas pesquisas também se reconhece que o lugar da mulher é o lugar que ela quiser, inclusive nos campos de futebol, nos estádios. E isso também é algo que combate o machismo.

Em uma dessas reuniões, um dos organizadores de estádio de futebol falou para mim: “Olha doutora, há 20 anos atrás não existia porta no banheiro dos homens e não existia banheiro para as mulheres”. Isso mostra a naturalização de que o estádio de futebol é um espaço somente para homens, e hoje a gente está vendo essa mudança que, claro, é muito importante.

Apresentadora

Como denunciar a violência doméstica praticada contra meninas e mulheres?

Promotora Patrícia

É importante destacar que o feminicídio é um crime evitável, a morte violenta de mulheres por seus parceiros ou ex-parceiros acontece dentro de casa, em sua maioria, e é evitável.

Os estudos e levantamentos dizem que, quando uma mulher aciona o sistema de proteção, quando ela faz um boletim de ocorrência e pede medida protetiva, ela tem muito mais chances de ser salva e de interromper o ciclo da violência.

Promotora Patrícia

O dever de combater o feminicídio é de toda a sociedade. Então se nós conhecemos uma pessoa que está sofrendo violência, todos nós podemos colaborar.

Se a pessoa presenciar ou perceber a violência no momento em que ela estiver acontecendo, é preciso acionar a Polícia Militar ligando para o telefone 190. Se o objetivo da mulher é pedir proteção, é requerer a medida protetiva de urgência, ela pode comparecer na Delegacia de Mulheres. Se na cidade dela não existir Delegacia de Mulheres, ela pode comparecer em qualquer unidade da Polícia Civil. Se ela tiver acesso à internet, ela pode narrar o fato que sofreu e pedir medida protetiva através do boletim de ocorrência virtual da Polícia Civil de Minas Gerais.

Além disso, é possível fazer o registro da denúncia no telefone 180, que é o disque denúncia. E também é muito importante aproveitar oportunidades como esta para dizer que nem sempre a mulher está preparada para fazer o registro policial da violência que ela sofre. Se ela não quer fazer o registro policial, isso não acarreta ausência de tratamento, ausência de acompanhamento e de apoio. Ou seja, é preciso encaminhar essa mulher para os órgãos de assistência social existentes na nossa sociedade.

Promotora Patrícia

Existem, em alguns municípios, centros de referência, como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Essa mulher pode procurar esses órgãos e pedir apoio, até para entender a violência que sofre e receber ajuda e acompanhamento.

Um ponto que é sempre muito importante destacar e que diz respeito a nós todos: se conhecemos alguém que está inserido em um contexto de violência e não se dá conta disso, a melhor ajuda é o ombro amigo, é ouvir e acolher sem julgamento. Eu acho que isso ajuda muito as mulheres a entenderem o contexto e mudarem o comportamento. E por que não, doutor Marcelo, a gente também falar dos homens? Se você tem um amigo homem que reproduz contextos de violência sem se dar conta do que está gerando, também é importante dar uma orientada.

Promotor Marcelo

Lembrando também, doutora Patrícia, que essa mulher ou menina vítima de violência, ou mesmo alguém que saiba de um caso de violência doméstica, pode procurar diretamente a promotoria de Justiça da sua cidade ou utilizar nossos canais, da ouvidoria, da internet, redes sociais, porque o Ministério Público também pode fazer esse atendimento, esse acolhimento ou encaminhar para os serviços assistenciais e tomar as medidas necessárias para a responsabilização dos eventuais agressores.

Promotora Patrícia

Muito bem pontuado, doutor Marcelo. O Ministério Público está à disposição de mulheres e meninas, e não só para o atendimento inicial, mas também para explicar e orientar os desdobramentos das denúncias feitas. Todos os procedimentos relacionados à Lei Maria da Penha passam pelo Ministério Público de Minas Gerais, seja o requerimento de medida, seja o inquérito policial, que posteriormente vira uma ação penal. É direito de mulheres e meninas acessarem o promotor ou promotora de Justiça da sua cidade, pedirem esclarecimentos dos processos que tenham iniciado, pedirem proteção e narrarem detalhes da violência que sofreu.

Contem com o Ministério Público de Minas Gerais.

Apresentadora

Nós conversamos com os promotores de Justiça Marcelo Mata Machado e Patrícia Habkhouk. Muito obrigada pela participação de vocês no Vox, o podcast do Ministério Público de Minas Gerais.

Promotora Patrícia

Nós que agradecemos, Thaís, esta oportunidade. Como foi dito ao longo deste nosso bate-papo, nós temos muitos desafios no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra mulheres e meninas, mas nós do Ministério Público estamos à inteira disposição da sociedade e acreditamos que é possível modificar essa cultura e, efetivamente, garantir a mulheres e meninas o direito a uma vida livre de violência.

Promotor Marcelo

Eu reitero as palavras da doutora Patrícia, agradeço o convite e também me coloco à disposição da sociedade, das mulheres, das instituições, para poder trabalharmos juntos no enfrentamento à violência doméstica contra meninas e mulheres. Muito obrigado.

Apresentadora

Obrigada e até o próximo Vox.